

# A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO A PARTIR DO AEE - ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA NA PRÁTICA<sup>1</sup>

José do Nascimento Soares<sup>2</sup>  
Antonio Luiz da Silva<sup>3</sup>

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre o campo do Atendimento Educacional Especializado-AEE, fazendo isso a partir da prática. Tomará como base metodológica um relato de atuação profissional desenvolvido em uma escola de grande porte da rede pública de educação estadual, situada em João Pessoa-PB. A discussão será iluminada pela perspectiva teórica dos estudos contemporâneos da inclusão, com destaque para os autores do campo da educação de pessoas com necessidades educativas especializadas. A partir do relato serão mostradas as surpresas do campo, tais como descuido para com os espaços de atuação, subutilização do exíguo material disponível, falta de clareza de critérios para a composição da equipe, ausência total de registro de atuação. Polemizará sobre as exigências da formação para atuação no setor, o pouco proveito retirado das atividades formativas internas e a resistência apresentada para adesão ao processo de qualificação profissional visando-se a perspectiva da inclusão. Destacará a distribuição do trabalho no setor, a necessidade de organização racional dos atendimentos especializados, sendo estes entendidos em sua possibilidade funcional de ação coletiva. Questionará a quem pertence a pessoa com deficiência na escola, destacando a dificuldade de adaptação curricular, sendo essa muitas vezes entendida como atividade infantilizada, completamente fora do contexto das aulas trabalhadas, ou como atividade única para qualquer necessidade. Reconhece a necessidade do planejamento, do uso das mídias sociais como possibilidades inclusivas e como visibilidade política para a comunidade escolar, ressaltando ainda a necessidade da melhora na comunicação interna como forma de inclusão. Por fim, defenderá o AEE, sua necessidade de aperfeiçoamento racional, de investimento material e humano.

**Palavras-chave:** Sociedade, Escola, Inclusão, AEE.

## INTRODUÇÃO

Em uma sociedade capitalista, marcada pela exploração das classes sociais subalternas pelas classes dominantes, com inclinação excludente, capacitista, limitante, insensível à

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no VCINTEDI, que aconteceu em Campina Grande – PB em 12 a 14 de junho de 2024.

<sup>2</sup> Mestrando em Ciências da Educação da Faculdade pela Veni Creator Christian University - Florida – USA; Especialização em Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional pelo Centro Universitário – UNIESP; Especialização em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade Paraná – FAP; Licenciatura em Pedagogia – Faculdade Internacional da Paraíba – FPB. Professor da Faculdade Internacional da Paraíba - FPB. <https://orcid.org/0000-0002-3143-1968>. [prof.josesoarespb@gmail.com](mailto:prof.josesoarespb@gmail.com).

<sup>3</sup> Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Mestre em Antropologia pela Universidade Federal da Paraíba-UFPB. Licenciatura em Psicologia e Formação de Psicólogo pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Psicólogo do Complexo Hospitalar Dr. Clementino Fraga - CHCF. Psicólogo do ICPAC – Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha. João Pessoa – PB. <https://orcid.org/0000-0001-7889-0531>. [tonlusi@hotmail.com](mailto:tonlusi@hotmail.com).

variedade de situações do gênero humano, incluir pessoas é, sem dúvidas, um dos maiores desafios do nosso tempo. Por essa razão, a inclusão vem, enquanto temário desafiador, sendo discutida ao redor do mundo, abordada por diferentes prismas.

Assim como a necessidade de inclusão na sociedade, o tema da inclusão na escola também não é mais novo, embora tenha se tornado efervescente significativamente na atualidade, encampando subtemas como pluralidade humana, diversidade, complexidade, diferença etc. Como bem observado por Silva (2013, 197): “A pluralidade vem sendo uma realidade desvelada no cotidiano das diversas práticas sociais, tendo como paradigma dominante a complexidade trazida pela diferença. Não podia ser o contrário com a educação”.

Na sociedade brasileira, podemos dizer que a inclusão constitui-se como uma exigência bastante antiga, com avanços lentos, com muitas lutas e algumas conquistas. Pode-se observar que a Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº 9.394/1996, (BRASIL, 2015a) já fez menção a essa temática em seu artigo 208 quando ao tratar “[...] da Educação Básica obrigatória e gratuita dos 04 aos 17 anos, afirma que é dever do Estado garantir “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Não sem motivos, depois de algumas décadas de debate, a inclusão escolar, como acreditam Borges, Luckmann e Dresch (2024, p. 13): “[...] no Brasil, ocupa um status de imperativo de Estado, é uma estratégia pela universalização de direitos, que deve atingir a todos. Na forma da lei, a inclusão vem buscando garantir a participação dos sujeitos, em todos os espaços da sociedade”.

Embora estejamos falando da LDB como um dos marcos nacionais iniciais da inclusão oficial, seguindo todo desmembramento discursivo posterior, é importante mencionar que enquanto conteúdo humano o debate ao redor da pessoa com deficiência – e as implicações de sua presença na sociedade humana, seja pela porta da exclusão, segregação, integração ou mais recentemente pela luminosa janela da inclusão - encontra-se em todos os períodos da história humana, sendo tratado das mais variadas formas possíveis e nas mais variadas culturas e povos (BASTOS 2015).

Contudo, para se pensar a inclusão, se faz necessário compreender quem é seu destinatário. De forma geral, pode-se dizer que a inclusão é uma exigência humanitária para todos os que se encontram à margem da sociedade. Em nosso caso específico e para a finalidade do debate deste artigo, a inclusão volta-se para a pessoa com deficiência.

O que se entende por pessoa com deficiência na atualidade? Afinal, quem pode ser considerado pessoa com deficiência em nosso meio? Vale iluminar que para descrever pessoas com deficiência ao longo da história humana, como bem lembra Hellosman Silva

(2014) já foram utilizados: “Desde termos que carregavam um forte peso de exclusão social e de inferiorização, tais como “inválido”, “ceguinho”, “mudinho” e “aleijados”, até os eufemismos que mascaravam a discriminação. [...] “pessoas portadoras de necessidade especial”, “pessoa especial” e “pessoa incapaz”” (SILVA, 2014, p. 57).

Partindo da Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015b), em sintonia com o movimento internacional de pessoas com deficiência, Silva et al (2022) apresentam a seguinte reflexão:

“[...] pessoa com deficiência é aquela que tem impedimento de longo prazo. Esse impedimento pode ser de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. Além disso, esse impedimento deve ser observado não na pessoa de modo particularizado, mas na interação da pessoa real com uma ou mais barreiras concretas no convívio social. Para o referido documento, barreira é qualquer entrave ou obstáculo. Essas barreiras podem ser físicas, materiais ou comportamentais externas que venham a obstruir a participação plena e efetiva do sujeito na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (SILVA, 2022, p. 19).

Observe-se que as últimas palavras da citação introduzem um arremate bastante alvissareiro e comprometedor. Garantir a participação plena, em igualdade de condições a todos os sujeitos é sem dúvida uma tarefa hercúlea.

Pode-se, além disso, entender que o conceito de deficiência é um conceito em evolução. Embora ainda sejam encontradas expressões mais antigas em documentos oficiais, a exemplo de “portadores de deficiência” e até “excepcionais”, a expressão mais adequada e aceita atualmente, tanto pela comunidade acadêmica quanto pela militância desse grupo é pessoa com deficiência - PCD.

Atualmente no universo da educação, quando se considera o debate da inclusão, faz-se uma diferenciação. Utiliza-se a expressão “educação inclusiva” como tema geral, reconhecendo-se a necessidade de inclusão de todos os grupos humanos considerados minoritários ou marginalizados, tais como LGBTQIAPN+, negros, mulheres, crianças, indígenas, quilombolas, trabalhadores rurais, ciganos etc. Utiliza-se também dentro da educação na perspectiva da inclusão, a expressão “educação especial”, sendo esta aplicada à pessoa com deficiência, não no sentido de que esse grupo humano é ‘especial’, mas entendendo-se que esse grupo possui uma necessidade educativa especializada.

Sabemos que a inclusão é um campo desafiador pelas exigências de adaptações necessárias, pela falta de suficiente domínio sobre alguns temas, pelo conjunto de romantizações fora da realidade concreta do chão da escola, pelas tentativas fracassadas de alfabetizar alguma criança mais prejudicada intelectualmente e inclusive pela total falta de engajamento de alguns profissionais nesse universo. Como destacado por Cintra, Rodrigues e

Ciasca (2009, p. 56): “[...] já se constatou que situações continuadas de fracassos e frustrações podem abalar a motivação e o empenho profissional dos professores e, ainda, interferir com a crença de auto-eficácia dos mesmos, o processo de inclusão escolar pode vir a ser prejudicado”. É importante frisar que dentro de uma sala de aula existe uma variedade imensa de necessidades educativas, para além das necessidades educacionais especiais.

A formação profissional para inclusão continua uma questão exigente para a atualidade (SILVA, 2017; SOUZA, 2020), mesmo que há 10 anos, Rosin-Pinola e Del Prete (2014) já estivessem pensando que não seria uma ação fácil de ser cumprida.

“Em relação à formação do professor e à promoção de suas habilidades sociais educativas, entende-se que há ainda um longo caminho a percorrer. Para isso, tanto os recursos de avaliação, como as condições de assessoria ainda precisam ser aperfeiçoados de modo a serem viabilizados como alternativas práticas e sólidas no contexto educacional!” (ROSIN-PINOLA; DEL PRETTE, 2014, 351).

Dos profissionais mais antigos em atuação já é sabido que esse conteúdo quase não foi explorado em sua formação. E embora seja atualmente conteúdo obrigatório nos cursos de formação, a inclusão ainda tem sido trabalhada em discussões rápidas, o que significa que quando o problema já deveria ter sido resolvido, os novos profissionais parecem receber uma formação insuficiente para sua atuação. Desse modo, tanto os novos profissionais quanto os de longa data de atuação, muitas vezes, parecem estar na mesma situação. Em alguns casos, a atuação parece funcionar de forma mais eficaz quando há sensibilidade profissional ou quando se luta de forma militante por causa de alguém muito próximo, nem sempre por haver o entendimento de que a inclusão é um direito humano para o grupo a quem ela se destina.

Seguindo o debate acima, o presente artigo tem como objetivo refletir sobre o campo do Atendimento Educacional Especializado-AEE. Com relato de uma experiência prática, o trabalho será iluminado pela perspectiva teórica dos estudos contemporâneos da inclusão, com destaque para os autores do campo da educação de pessoas com necessidades educativas especializadas.

## **REFLETINDO SOBRE A EXPERIÊNCIA NO CAMPO DO AEE**

### **Do estágio docência às surpresas do campo.**

É preciso mencionar que o ponto de partida para o ingresso naquela escola foi um estágio, considerando, inclusive, que tudo naquele estágio foi rápido, intenso e de muito aprendizado. Foi um intensivo para quando estivesse formado. A partir dele foram possíveis

os seguintes acessos: auxiliar de sala, auxiliar de direção e coordenação, realização de formação para docentes, culminando com a oportunidade de atuar como professor substituto, totalizando 01 ano de experiência.

Ao chegar ao campo de trabalho, já formado, convidado a ser coordenador do setor de AEE, algumas surpresas apareceram com melhor clareza, tendo contato com a ‘verdadeira’ prática de atuação, com aquilo que se dizia costumeiro no setor, os hábitos, os vícios, a malícia, a indisposição, os costumes arraigados presentes em muitos lugares no serviço público.

As salas destinadas à atuação do AEE estavam ainda muito bagunçadas e sujas, uma vez que estávamos voltando da pandemia. Ao iniciar a organização foram percebidas algumas coisas que não eram muito fáceis de entender e muitas perguntas começaram a surgir. Existiam muitos brinquedos ainda lacrados, livros mofados e muitas ferramentas que nunca haviam sido utilizadas, mesmo antes da explosão da pandemia, tendo sido essa a mais forte impressão.

Vale salientar que estando à frente do AEE era preciso dar uma nova roupagem para aquele setor. De início foi dada uma identidade visual ao setor com a criação de uma logomarca e a elaboração de um fardamento adequado à nossa atuação, também arrumando e limpando a casa para esse recomeço presencial.

Recorde-se que durante o estágio não havia sido possível visualizar nenhuma atuação por parte daquele setor na referida escola. Sabia-se da sua existência, mas não se tinha tido contato com nenhuma atividade de forma mais próxima.

### **No tocante à composição da equipe**

A orientação para a composição do AEE em documentos oficiais é bastante clara. “Conforme Resolução CNE/CEB n.4/2009, art. 12, para atuar no atendimento educacional especializado, o professor deve ter formação inicial que o habilite para exercício da docência e formação específica na educação especial (BRASIL, 2010, p. 8).

Naquela experiência, a equipe era composta por 05 profissionais, sendo 03 com formação em Pedagogia (02 ouvintes e 01 pessoa surda), 01 profissional com Letras/Libras e 01 profissional com formação em Psicologia. Fora dessa informação, não era possível saber quais foram os critérios de seleção ou arranjos políticos para a composição da equipe. É sabido que em muitos lugares o AEE não é o lugar cobiçado pela maioria dos profissionais. Comumente são enviados ao AEE profissionais em situação de readaptação. Essa imagem, em

algum momento, parece ter melhorado, sobretudo quando algumas pessoas passaram a desejar fazer parte daquele grupo.

### **Sobre a necessidade de registo na atuação**

A educação é um saber/fazer científico tão legítimo quanto qualquer outro, portanto, deve ser praticado por profissionais que tenham capacidade para pensar os passos que precisam ser dados. Conforme Silva (2017, p. 50): “Enquanto prática de ciência, a educação não pode, isso de forma alguma, ficar como um barco à deriva”. Acredita-se que isso também vale para o saber praticado ao redor da inclusão.

Pensando a prestação de serviço e a atuação profissional naquele setor, era surpreendente a ausência de registros, as únicas coisas vistas eram laudos e documentos com solicitação para contratação de cuidadores. Não havia registro da quantidade de estudantes, das atividades realizadas, nem registros em diários de atendimentos existiam, embora esses últimos houvessem sido comprados. Era um setor que não tinha registros visuais, materiais, ou documentais de atuação. Como isso era possível? Era mesmo um campo à deriva.

Não encontrando registros, foi sugerida a realização de uma anamnese para cada sujeito atendido, na tentativa de fazer com que nossa atuação fosse pautada na racionalidade dos registros físicos, entendendo que somente assim poderíamos ter um número exato de quantos atendimentos produzíamos.

Foi a partir desse período de anamnese que se começou a ver o quantitativo real dos estudantes que eram público alvo do AEE, seus laudos e suas histórias, tanto as de superação quanto a projeção daquilo que deveria ser construído. A partir desse movimento, compreendemos que os dados físicos não chegavam nem perto das histórias contadas verbalmente. Todos os números eram estimados para cima.

Nem a escola (secretaria) tinha o número exato de pessoas com deficiência - PCD matriculadas. Era comum o movimento de se pedir ao AEE aquilo que era solicitado à secretaria.

A partir desse momento, o que ficou combinado era que de todo atendimento fosse gerado um relato, o qual seria anotado num diário virtual e coletivo, contendo dia do atendimento, atividade proposta e quais foram as percepções ao final do atendimento.

### **Sobre a exigência de qualificação para o setor**

Como mostrado por Oliveira et al (2012, p. 315): “A formação de professores é um aspecto que merece ênfase quando se aborda a inclusão. Muitos dos futuros professores

sentem-se inseguros e ansiosos diante da possibilidade de receber uma criança com necessidades especiais na sala de aula”. Para que fosse possível a continuidade de nossa atuação e para que pudesse futuramente vir a ter um contrato, era necessário ao menos um curso para AEE em andamento. Considerando que os membros antigos tinham a formação exigida para atuação, de imediato os novos integrantes da equipe foram matriculados no curso que é essencial para essa atuação, o referido curso era realizado pela FUNAD - Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência, instituição histórica na Paraíba. O curso foi realizado de forma virtual.

Considerando que estávamos num momento em que uma das mais importantes ferramentas era a tecnologia, constatamos que existia entre nós uma dificuldade nesse campo. Começamos a fazer muitas formações internas. Foi ministrado sob nossa atuação um curso de ferramentas tecnológicas para a realização dos nossos registros, postagens etc. Talvez essa ação tenha sido o primeiro passo para o que chamamos de construção interdisciplinar. Aprendemos juntos sobre como deveríamos utilizar drives para guardar nossos relatórios, planos de aulas e imagens dos nossos atendimentos.

No início houve resistência para essa nova forma de trabalho, mas por fim a equipe entendeu que o uso de técnicas mais virtuais iria ajudar em nossa atuação.

As formações, com vários olhares, eram oferecidas não só para membros da equipe do AEE, mas para a escola, para qualquer pessoa que tivesse interesse em saber mais sobre o mundo da inclusão.

### **A respeito da distribuição do trabalho no setor**

A referida escola, por ter todas as etapas da educação básica, tinha duas salas de recursos multifuncionais, sendo uma para as crianças do ensino fundamental anos iniciais, e a outra para os estudantes do ensino fundamental anos finais e ensino médio. Importa mencionar que a existência das duas salas foi um arranjo político/situacional da própria escola, justificando a demanda, visto que por lei cada escola somente tem direito a uma sala de AEE.

No passado, comentava-se que havia em funcionamento apenas uma sala. Naquela ocasião, foi decidido que era de bom tom, para dar melhor visualização do trabalho do setor, inclusive, que as duas salas estivessem em funcionamento nos dois turnos, durante todos os dias da semana, tendo um dia exclusivo para planejamento. Aquelas profissionais que estavam habitadas à antiga sala lá permaneceram, os dois novos profissionais foram deslocados para a sala nova. Porém, o coordenador deveria dar expediente nos dois espaços.



Os alunos com necessidades educativas especiais foram divididos entre os profissionais, levando-se em consideração as duas salas de atuação e suas etapas de ensino.

### **Do AEE como ação planejada de forma coletiva**

Como não existiam regras pré-determinadas, claras para atuação pós-pandêmica, iniciamos nossos atendimentos de forma individual e cuidadosa, pois ainda estávamos saindo de uma pandemia. Cada atendimento individualizado tinha a duração de 60 minutos, acontecendo uma vez por semana, realizado no contraturno escolar do(a) aprendiz. Ainda com relação à atuação, levou-se em consideração a orientação do MEC. “Portanto, todos os alunos público alvo da educação especial devem ser matriculados nas classes comuns, em uma das etapas, níveis ou modalidade da educação básica, sendo o atendimento educacional especializado – AEE ofertado no turno oposto ao do ensino regular” (BRASIL, 2010, p.6).

Pensando numa maior adesão aos entendimentos, tanto por parte dos membros da escola quanto por parte dos familiares, planejamos algumas atividades, entre elas uma atividade de circuito. Nessa ação os participantes, pais, funcionários, coordenadores ou professores, voluntariamente, deveriam realizar provas de atividades físicas junto com os estudantes atendidos na sala de recurso. Com relação a essa atividade, tivemos momentos fantásticos de trocas a partir dos quais os familiares relataram que nunca imaginaram brincar com seus filhos de tal forma. Foi um momento muito bonito, onde foi possível ver a interação dos responsáveis com seus filhos e filhas. Esse momento também serviu para que os profissionais pudessem ver sinais do que estava acontecendo no AEE da escola.

### **A quem pertence a pessoa com deficiência na escola?**

Na perspectiva inclusiva, parece que o maior desafio continua sendo suprimir a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular como propunha Montoan (2003). Para a mencionada pensadora: “As escolas atendem às diferenças sem discriminar, sem trabalhar à parte com alguns alunos, sem estabelecer regras específicas para se planejar, para aprender, para avaliar (currículos, atividades, avaliação da aprendizagem para alunos com deficiência e com necessidades educacionais especiais)” (MONTAAN, 2003, p. 16).

Embora a inclusão seja ensinamento antigo entre os educadores, ainda nos deparamos com a dificuldade de adesão dos profissionais, pois, como na maioria das escolas, naquela ainda existe um costume de pensar que todo e qualquer estudante com necessidades educacionais especiais deve ficar apenas sob a responsabilidade dos profissionais do AEE.



Seria isso mesmo? Teve esse comportamento fundamentação na história pregressa daquela escola? Primeiro precisamos entender o que é o AEE. Seria um ilustre desconhecido do corpo docente? Sabe-se que existe uma sala separada, que pode ser um espaço bem decorado ou um ambiente abandonado, dependendo de quem cuida dele. Mas, o que lá se faz? Essa informação não estava muito bem definida nos espaços escolares naquela ocasião. Mas era para lá que todas as crianças com algum laudo médico deveriam ir.

### **Sobre a dificuldade de adaptação curricular**

Sabemos que em sua atuação, o AEE promove estimulação ao alunado e dá suporte aos(as) professores(as) para a construção de novos meios de adaptação, de forma colaborativa e coletiva, para os estudantes com necessidades educacionais especiais.

Conforme Oliveira et al (2012, p. 315): “[...] a educação inclusiva é aquela que oferece um ensino adequado às diferenças e às necessidades de cada aluno e não deve ser vista lateralmente ou isolada, mas, como parte do sistema regular”. A experiência mostrou que a maior dificuldade dos docentes era a adaptação das atividades e provas para os/as PCDs. Deixamos o espaço aberto para esse atendimento com plantões de dúvidas, porém mesmo assim a procura era insignificante, pois o que se ouvia pelos corredores era que todas as adaptações de atividade e provas eram exclusivas dos profissionais do AEE.

Na direção das adaptações, a resistência era sempre gigante. Cada vez que chegávamos com sugestões sobre novos métodos de adaptação para cada necessidade encontrada nos deparamos com mais resistência. Não poucas vezes ouvíamos de alguns profissionais: “Não tive isso na minha formação”, “Não fui formado para isso”, “Não sei fazer e não vou mudar minha metodologia”.

É importante não perder de vista que o que muitas vezes se entende por adaptação, pela maioria dos profissionais da educação, segue três parâmetros: atividades infantilizadas, atividades fora do contexto disciplinar e atividades únicas para qualquer necessidade educacional especial. Tínhamos essa impressão sempre que chamávamos a atenção para que toda atividade adaptada fosse exclusiva para cada necessidade e realidade.

Entendemos que, como nos ensinou Souza (2020, p. 14-15): “Não há nesse processo de inclusão receitas prontas que indiquem quais são os métodos mais adequados, mas o que se tem é a intenção de que com a inclusão os alunos consigam aprender dentro de seus limites, a partir de um ensino com qualidade”.

Acreditamos que a prática inclusiva dará ao professor mais trabalho, porém essa é a forma correta da prática docente contemporânea, a partir da qual as pessoas precisam ter seus

direitos respeitados e nesse caso as pessoas que compõem o público-alvo da educação especial.

### **As mídias sociais como possibilidades inclusivas**

Para Pessoa, Brandão e Montovani (2019, p. 165): “Os imaginários sociodiscursivos acerca da deficiência constituem-se, em grande medida, a partir da dinâmica interação promovida pela circulação de textualidades midiáticas diversas sobre o tema na sociedade”. Isso entendendo, nesse período inicial, considerando a necessidade de dar visibilidade ao AEE enquanto setor da escola, foi criado um instagram para que a comunidade escolar soubesse o que acontecia dentro da sala do AEE. A partir dele não apenas as ações ficariam visíveis, mas naquela forma de textualidade midiática, as pessoas iriam sendo visibilizadas, ampliando-se informações sobre as pessoas desse grupo.

Foi conversado com as famílias, esclarecendo-se sobre o uso das imagens de seus filhos naquela plataforma. Após, foi solicitada autorização para o uso das imagens, tendo o setor os devidos documentos assinados pelos responsáveis.

Também em nossas reuniões de planejamento surgiram muitas ideias e uma das mais bacanas foi a da realização de lives na plataforma instagram com pais, profissionais e convidados falando sobre temas variados. Essas lives poderiam ser sobre pessoas convivendo com as deficiências, suas famílias e suas lutas.

### **Sobre a comunicação interna**

O profissional que vai atuar nesse setor, à medida do possível, deve ter conhecimentos em muitas áreas. É elementar saber sobre as deficiências e suas especificidades. É necessário ter um olhar mais sensível às inúmeras possibilidades das expressões humanas, estando atento às barreiras arquitetônicas e atitudinais. É preciso pensar que além das atividades adaptadas, é urgente criar espaços onde a autonomia e a inclusão de fato aconteçam. Uma de nossas muitas perguntas era: como incluir a pessoa surda? Sabíamos por registo na literatura que:

“Ao longo do tempo, divergentes perspectivas educacionais foram aplicadas aos surdos, as quais oscilavam entre o oralismo dogmático que inibia qualquer expressão gestual e ignorava a libras (língua de sinais) e o bilinguismo que reconheceu a língua de sinais como natural à comunidade surda. Estas diferentes posturas pedagógicas repercutiram de forma drástica tanto no desempenho acadêmico como na construção da identidade do sujeito surdo” (SILVA et al, 2021, p. 412)

Com esse entendimento, passamos a perceber que existiam também problemas de comunicação dentro do setor. Na equipe tínhamos uma professora, pessoa com deficiência

auditiva, e a comunicação com ela se dava apenas por intermédio de uma única pessoa da equipe que era librista. Até então parecia que isso não era problemático. Aliás, a presença de pessoa surda na escola parece ser somente um problema do librista. Aquela situação parece ter nos impulsionado, levando-nos a entender que para que trabalhássemos na perspectiva de inclusão devíamos aprender libras. Aliás, o conhecimento de libras era indispensável para que essa inclusão acontecesse dentro de nossas práticas internas e assim foi feito, com toda equipe sendo matriculada em curso de libras.

### **ALGUMAS PALAVRAS PARA FINALIZAR**

Esse texto foi apenas uma reflexão sobre uma experiência de atuação em AEE. Olhando ao nosso redor, embora tenhamos avançado bastante, o tema da inclusão permanece necessário não apenas na escola, mas em todos os espaços humanos. No ambiente escolar podemos observar que a realidade permanece distante do ideal e do preconizado pela legislação vigente. Ainda existem barreiras que precisam ser ultrapassadas com urgência. Além disso, não é possível desconsiderar que a escola continua um espaço onde várias formas de segregações coexistem. Parece ser necessário um continuado investimento na formação, além do desenvolvimento de um engajamento empático e político por parte dos profissionais e familiares envolvidos em educação para que a inclusão aconteça.

### **REFERÊNCIAS**

- BRASIL. **Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais**. Brasília, 2010.
- BRASIL. LDB - **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira**. Brasília, 2015a.
- BRASIL. **Lei 13.146 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Brasília, 6 de julho de 2015b.
- BASTOS, A. C. A. C. **A formação do professor do ensino religioso: Um olhar sobre a inclusão de alunos com deficiência na escola**. São Paulo, Fonte Editorial, 2015.
- BORGES, A. L.; LUCKMANN, G. S. V.; DRESCH, J. F. Educação inclusiva na Educação Infantil: as políticas públicas e sua ineficácia para induzir a criação de ambientes educacionais inclusivos. **Revista Educare** (Online), [S. l.], v. 10, p. 1–27, 2024.
- CINTRA, G. M. S; RODRIGUES, S. D.; CIASCA, S. M. Inclusão Escolar: Há coesão nas expectativas de pais e professores? **Rev. Psicopedagogia**, 26(79): pp. 55-64, 2009.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

- OLIVEIRA, E. S.; SILVA, T. P.; PADILHA, M. A. O.; BOMFIM, R. S. Inclusão social: Professores preparados ou não? **Polêmica**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 314 a 323, 2012.
- PESSOA, S. C.; BRANDÃO, V. C.; MONTOVANI, C. M. C. A. Imaginários sobre a deficiência: mobilização de afetos cotidianos em campanhas publicitárias. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, n. 45, p. 164-186, maio/ago. 2019.
- ROSIN-PINOLA, A. R.; DEL PRETTE, Z. A. P. Inclusão escolar, formação de professores e a assessoria baseada em habilidades sociais educativas. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 20, n. 3, p. 341-356, Jul.-Set., 2014.
- SILVA, H. O. **Construção do sítio virtual para democratização para pessoas com deficiência no Estado da Paraíba**. (Mestrado em Ciência da Informação). UFPB – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.
- SILVA, A. L. Por que na prática a teoria é outra coisa (?): Uma reflexão sobre a formação e a respeito do lugar social do professor contemporâneo. **Revista Campo do Saber**, Vol. 3, N° 1 - jan/jun, de 2017.
- SILVA, A. L.; PACIFICO, H. F.; SILVA, P. S.; CARLOS, K. A.; MENESES, A. M. A.; MENEZES, T. A.; SILVA, R. S. A Deficiência Intelectual em Debate: Do conceito ao diagnóstico. **Campo do Saber**, Volume 8 - Número 2 - Jul./Dez. de 2022.
- SILVA, A. L. Pluralidade e Diversidade. Pensar sobre a diferença e sua emergência na escola. **Revista Lugares de Educação [RLE]**, Bananeiras/PB, v. 3, n. 6, p. 197-213, Jul.-Dez., 2013.
- SILVA, A. L.; BRAGA, D. S.; TAVARES, L. B.; COSTA, K. R. Da escola de ouvintes à escola inclusiva: reflexões ao redor da educação da pessoa surda. **Revista Inclusiones**, Vol. 8 N° 4. pp. 409-424, 2021.
- SOUZA, M. J. X. N. **A importância da formação do professora para a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular**. Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto Federal Goiano - Campus Avançado Ipameri - GO, 2020.